

Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais - 2011

- RAIS 2011 -

A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS é um Registro Administrativo e constitui uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, que permite o acompanhamento e a caracterização do emprego formal. O tratamento estatístico das informações provenientes da RAIS possibilita a obtenção de dados mais desagregados em termos geográficos, setoriais e ocupacionais, chegando em nível de município, classes de atividades econômica e ocupações. Em razão de sua multiplicidade de informações de interesse social, possui um enorme potencial como fonte de dados, capaz de subsidiar os diagnósticos e fundamentar as políticas públicas de emprego e renda, possibilitando aos gestores delinear, com maior precisão, ações que reduzam as disparidades sociais.

Com o objetivo de dar continuidade às análises dos anos anteriores, serão apresentados os principais resultados do comportamento do emprego formal e da remuneração média no ano de 2011, a partir dos dados da RAIS, que abrange todos os vínculos formais (celetistas, estatutários, temporários, avulsos, entre outros), adotando os mesmos recortes setoriais e geográficos, com a finalidade de monitorar a evolução desses indicadores, inclusive segundo gênero, grau de instrução, raça/cor, pessoas com deficiência e porte dos estabelecimentos.

Vale mencionar que os Registros Administrativos possuem uma gama ampla de informações sobre o mercado de trabalho formal, porém, como toda fonte de informação, apresentam vantagens e limitações quanto ao uso de seus dados, necessitando de cautela na utilização e interpretação dos mesmos. A principal vantagem apontada dessa fonte de informação está relacionada à sua abrangência e ao nível de desagregação das variáveis, permitindo inúmeros cruzamentos em termos geográficos, setoriais e ocupacionais, envolvendo informações dos estabelecimentos (atividade econômica, porte etc.) e dos atributos dos trabalhadores (gênero, salário, raça/cor, etc.). Por outro lado, a maior desvantagem considerada refere-se à omissão das declarações dos estabelecimentos, seguida por erro de preenchimento decorrente de informações incompletas ou incorretas, além do problema de declarações agregadas na matriz, quando o correto seria fornecer as informações por estabelecimento. Caso se observe uma variação relativa muito elevada, destoante daquela normalmente esperada com base na série histórica, solicita-se entrar em contato com os técnicos da área, para melhor entendimento da situação.

Para maiores esclarecimentos sobre a RAIS 2011, recomenda-se a leitura da Nota Técnica nº 089/2012, de 13/09/2012.

Tendo em vista que a RAIS é uma base de informações que, dada a sua abrangência, contempla a possibilidade de inúmeros cruzamentos de variáveis, caracterizando-a como uma fonte de riqueza ímpar, os resultados apresentados neste texto não pretendem esgotar a grande diversidade de exercícios que poderão ser elaborados a partir dos dados desse Registro Administrativo.

Principais Resultados da RAIS 2011

Em 2011, o Produto Interno Bruto – PIB, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, cresceu 2,7%, apresentando uma desaceleração no nível de atividade econômica, quando comparado com o crescimento expressivo registrado no ano anterior, da ordem de 7,5%. O crescimento do PIB nesse ano foi impulsionado pela expansão da demanda interna, devido, principalmente, à Formação Bruta de Capital Fixo, que apresentou incremento de 4,7%, e ao consumo das famílias (4,1%), que registrou o oitavo ano consecutivo de aumento, proporcionado pela elevação da massa salarial, associada à expansão do crédito.

Os dados da RAIS, por sua vez, apontaram um crescimento de 5,09% em 2011, representando uma geração de 2,242 milhões de postos de trabalho, o terceiro melhor desempenho da série histórica desse indicador. Entretanto, esse resultado, embora bastante favorável, assinalou uma perda de dinamismo, quando comparado com o registrado em 2010 (+2,861 milhões de empregos ou +6,94%), o melhor da série histórica, iniciada em 1985.

Essa redução no ritmo de crescimento do emprego formal, no ano em análise, decorreu do menor dinamismo nos dois segmentos, celetista e estatutário, cujos percentuais de crescimento foram 7,87% em 2010, ante 5,96% em 2011, no caso dos celetistas, e de 3,26% e 1,47%, nos respectivos anos, no que se refere aos estatutários. Quando se confrontam a taxa de crescimento do PIB de 2011 (2,7%) com o crescimento do emprego formal segundo a RAIS (5,09%), percebe-se que a relação emprego formal/produto, foi amplamente favorável nesse ano.

Cumprir registrar que o montante de vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro de 2011, no País, atingiu 46,311 milhões, que, adicionado aos vínculos inativos, de 24,660 milhões, totalizou 70,971 milhões. No que se refere aos estabelecimentos declarantes, os dados demonstram que, em 2011, houve um aumento de 3,52%, percentual superior ao ocorrido em 2010 (2,47%), totalizando 7,885 milhões de estabelecimentos. Desse total de estabelecimentos, 3,591 milhões continham vínculos empregatícios, registrando um aumento de 5,50% em relação ao ano anterior, e 4,295 milhões correspondiam a estabelecimentos sem vínculos, revelando um aumento mais tímido de 1,92% no ano.

As informações por tipo de vínculo (celetistas versus estatutários) demonstram que, em 2011, de forma semelhante ao registrado em 2010, o dinamismo do mercado de trabalho pode ser atribuído, preponderantemente, ao desempenho do emprego celetista, que cresceu 5,96%, percentual superior ao verificado para a média nacional, de 5,09%, o que representou a criação de 2,116 milhões de empregos, contra uma elevação modesta de 1,47%, ou +126,3 mil vínculos empregatícios no segmento estatutário. Esse tímido desempenho do setor público pode ser justificado, em parte, em razão do aumento de aposentadorias e da redução no ritmo de contratações de servidores, conjugados à persistência de omissões/atrasos de declarações inerentes a este registro, particularmente nesse setor, e uma melhor reclassificação dos estabelecimentos.

No tocante ao comportamento do emprego celetista, cabe mencionar que os dados da RAIS de 2011 praticamente reproduzem o mesmo montante apurado pelo CAGED nesse ano, que abrange somente os vínculos empregatícios regidos pela CLT. De acordo com este registro, foram gerados 2,020 milhões postos de trabalho, tomando como referência o mês

de julho de 2012, equivalentes ao crescimento de 5,63%, segundo a metodologia que incorpora as declarações recebidas fora do prazo, que foi implementada com o objetivo de reduzir a distância entre a geração empregos apontada pelas duas fontes.

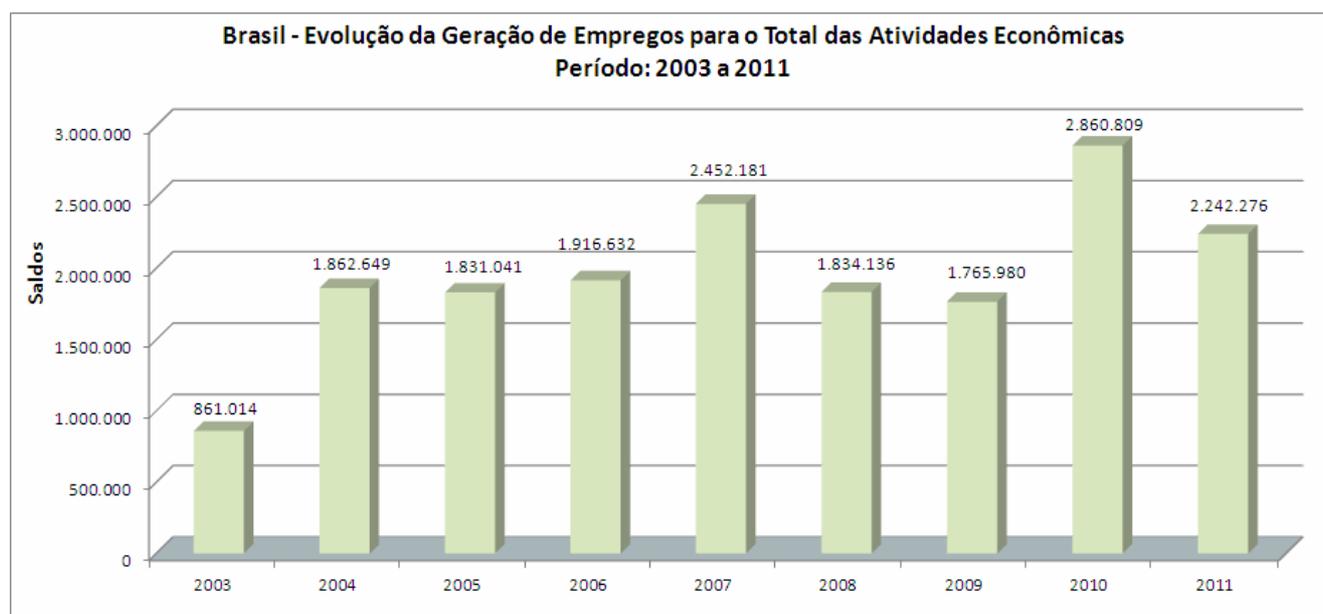
TABELA 1
NÚMERO DE EMPREGOS, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA
BRASIL - TODAS AS ATIVIDADES

Ano	Nº Empregos	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
1985	20.492.131	-	-
1986	22.164.306	1.672.175	8,16
1987	22.617.787	453.481	2,05
1988	23.661.579	1.043.792	4,61
1989	24.486.568	824.989	3,49
1990	23.198.656	-1.287.912	-5,26
1991	23.010.793	-187.863	-0,81
1992	22.272.843	-737.950	-3,21
1993	23.165.027	892.184	4,01
1994	23.667.241	502.214	2,17
1995	23.755.736	88.495	0,37
1996	23.830.312	74.576	0,31
1997	24.104.428	274.116	1,15
1998	24.491.635	387.207	1,61
1999	24.993.265	501.630	2,05
2000	26.228.629	1.235.364	4,94
2001	27.189.614	960.985	3,66
2002	28.683.913	1.494.299	5,50
2003	29.544.927	861.014	3,00
2004	31.407.576	1.862.649	6,30
2005	33.238.617	1.831.041	5,83
2006	35.155.249	1.916.632	5,77
2007	37.607.430	2.452.181	6,98
2008	39.441.566	1.834.136	4,88
2009	41.207.546	1.765.980	4,48
2010	44.068.355	2.860.809	6,94
2011	46.310.631	2.242.276	5,09

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE (1) Deflator INPC

Gráfico 1



I – Emprego

I.1 – Emprego Setorial

A análise setorial mostra que todos os setores expandiram o nível de emprego formal em 2011, comportamento esse proporcionado, em grande parte, pelo fortalecimento da demanda interna. Em termos absolutos, a liderança na geração de empregos coube ao setor Serviços, ao responder pelo incremento de 1.027,4 mil postos de trabalho, o que equivale a uma taxa de crescimento de 7,16%. Em menor medida, destacaram-se o Comércio, com aumento de 460,4 mil empregos ou +5,49%, a Construção Civil, com a criação de 241,3 mil empregos ou +9,62%, a maior taxa de crescimento do período, cujo desempenho está atrelado, principalmente, às medidas adotadas pelo governo de estímulo ao setor, a Indústria de Transformação, com acréscimo de 228,1 mil empregos ou +2,89%, a Administração Pública, com a geração de 180,2 mil postos ou +2,02%, e a Agricultura, com mais 74,2 mil empregos, ou +5,26%, que inverteu o comportamento negativo ocorrido no ano anterior (-18,1 mil postos ou -1,26%), em função do aumento de produção de várias culturas importantes, influenciada pelas condições climáticas favoráveis.

Em termos relativos, o setor mais dinâmico foi a Construção Civil, já mencionado, seguido da Extrativa Mineral, que registrou um crescimento no emprego da ordem de 9,55%, correspondendo à geração menos expressiva de 20,2 mil postos de trabalho, devido à magnitude de seu estoque ser mais reduzido, comparativamente aos dos demais setores. Por outro lado, a Administração Pública (+2,02% ou +180,2 mil postos) e os Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP (+2,60% ou +10,5 mil postos) foram os setores que evidenciaram um desempenho menos favorável em 2011. Tais resultados podem ser justificados, em parte, pelo dinamismo mais moderado dos vínculos estatutários, que registraram uma variação positiva de apenas 1,47%, ante um aumento de 5,89% para os celetistas, cujo resultado afetou, particularmente, a Administração Pública.

Com relação ao setor da Indústria de Transformação, os dados parecem indicar que os efeitos da crise externa que repercutiram nas exportações constituem um dos principais

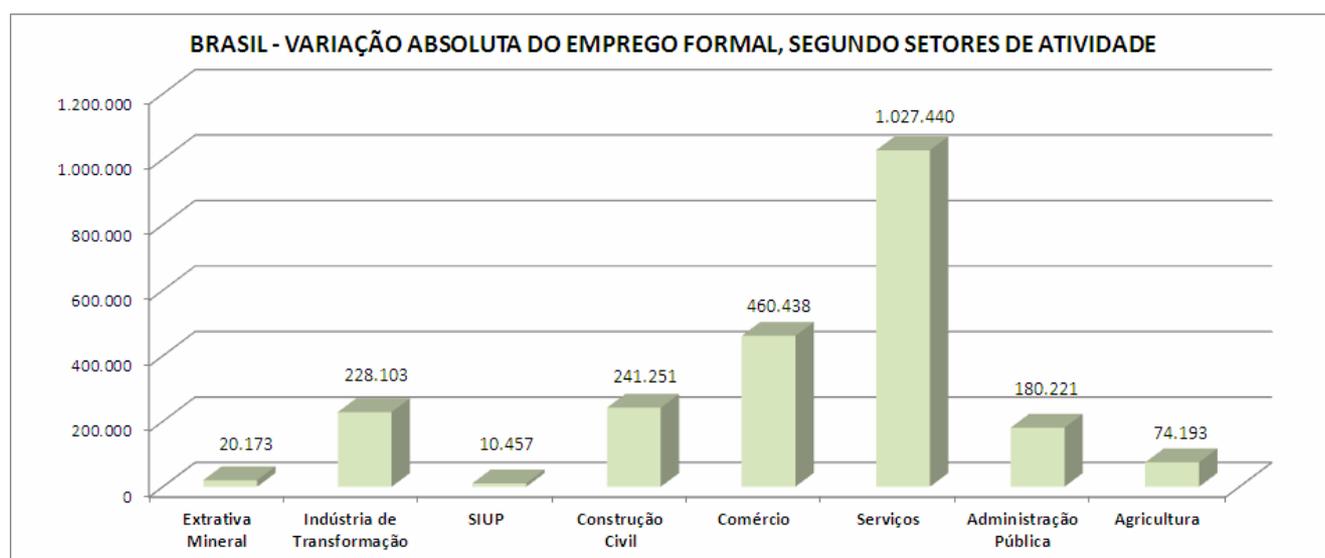
fatores explicativos da redução no ritmo de crescimento, quando comparado com o resultado do ano anterior (7,13% em 2010, ante 2,89% em 2011).

Tabela 2
BRASIL - SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA
NÚMERO DE EMPREGOS EM 31/12, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA

SETOR	2010*	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Extrativa Mineral	211.216	231.389	20.173	9,55
Indústria de Transformação	7.885.702	8.113.805	228.103	2,89
Serviços Industriais de Utilidade Pública	402.284	412.741	10.457	2,60
Construção Civil	2.508.922	2.750.173	241.251	9,62
Comércio	8.382.239	8.842.677	460.438	5,49
Serviços	14.345.015	15.372.455	1.027.440	7,16
Administração Pública	8.923.380	9.103.601	180.221	2,02
Agricultura	1.409.597	1.483.790	74.193	5,26
Total	44.068.355	46.310.631	2.242.276	5,09

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Gráfico 2



I.2 – Emprego Geográfico

Com relação ao recorte geográfico, os dados revelam que todas as Grandes Regiões mostraram expansão do emprego no ano de 2011. Em termos relativos, cumpre destacar a região Norte, com crescimento de (6,42%), seguida da região Centro-Oeste, com aumento de (6,02%), da região Nordeste (+5,87%), da região Sudeste (+4,69%) e Sul (+4,56%). Em números absolutos, a liderança de geração de empregos coube à região Sudeste (+1.053,9 mil postos de trabalho), secundada pela região Nordeste (+470,2 mil postos), Sul (+344,9 mil postos), Centro-Oeste (+218,7 mil postos) e Norte (+154,6 mil postos).

No que diz respeito às Unidades da Federação, verificou-se uma elevação generalizada do emprego, com variações que oscilam de 0,11% no estado do Acre a 17,06% em Roraima.

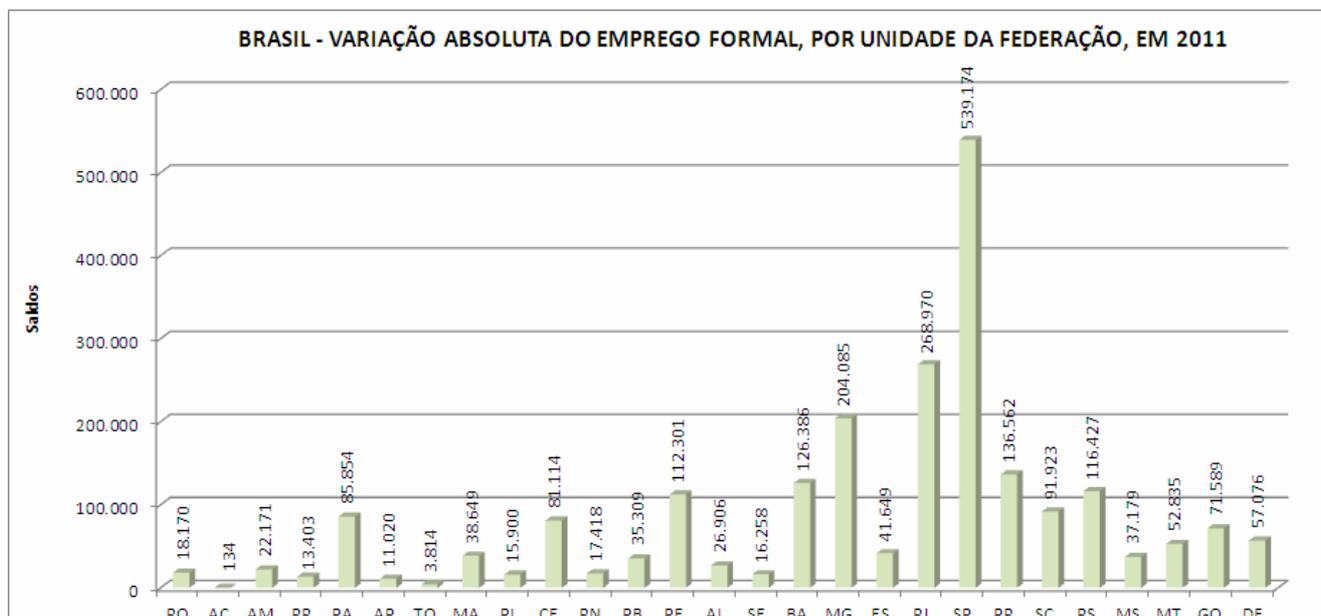
O bom desempenho da região Norte pode ser creditado, preponderantemente, aos estados do Pará (+85,9 mil postos ou +9,03%), Amazonas (+22,2 mil postos ou +3,85%), Rondônia (+18,2 mil postos ou +5,44%) e Roraima (+13,4 mil postos ou +17,06%). Merece destaque também o estado do Amapá (+11,0 mil postos ou +10,19%), que registrou a segunda maior taxa de crescimento dentre todas as Unidades da Federação do país. No caso do Nordeste, os estados que mais contribuíram para o comportamento favorável do emprego foram Bahia (+126,4 mil postos ou +5,91%) e Pernambuco (+112,3 mil postos ou +7,31%). O bom desempenho da região Sul derivou-se principalmente do crescimento nos estados do Paraná (+136,6 mil postos ou +4,91%) e Rio Grande do Sul (+116,4 mil postos ou +4,15%). Já na região Sudeste, os estados que mais se sobressaíram foram São Paulo, com a criação de 539,2 mil postos de trabalho (+4,19%), Rio de Janeiro (+269,0 mil postos ou +6,59%, a maior taxa de crescimento entre os estados da Região) e Minas Gerais (+204,1 mil postos ou +4,39%). Quanto à região Centro-Oeste, as Unidades da Federação que se destacaram foram Goiás (+71,6 mil postos ou +5,45%), Distrito Federal (+57,1 mil postos ou +5,19%) e Mato Grosso (+52,8 postos ou +8,05%, a maior taxa de crescimento da região).

Tabela 3
BRASIL - UNIDADES DA FEDERAÇÃO
NÚMERO DE EMPREGOS EM 31/12, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA

Unidade da Federação	Empregos		Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
	2010	2011		
Norte	2.408.182	2.562.748	154.566	6,42
Rondônia	334.290	352.460	18.170	5,44
Acre	121.187	121.321	134	0,11
Amazonas	575.739	597.910	22.171	3,85
Roraima	78.585	91.988	13.403	17,06
Pará	951.235	1.037.089	85.854	9,03
Amapá	108.191	119.211	11.020	10,19
Tocantins	238.955	242.769	3.814	1,60
Nordeste	8.010.839	8.481.080	470.241	5,87
Maranhão	636.625	675.274	38.649	6,07
Piauí	377.463	393.363	15.900	4,21
Ceará	1.325.792	1.406.906	81.114	6,12
Rio Grande do Norte	575.026	592.444	17.418	3,03
Paraíba	579.504	614.813	35.309	6,09
Pernambuco	1.536.626	1.648.927	112.301	7,31
Alagoas	470.992	497.898	26.906	5,71
Sergipe	369.579	385.837	16.258	4,40
Bahia	2.139.232	2.265.618	126.386	5,91
Sudeste	22.460.999	23.514.877	1.053.878	4,69
Minas Gerais	4.646.891	4.850.976	204.085	4,39
Espírito Santo	860.421	902.070	41.649	4,84
Rio de Janeiro	4.080.082	4.349.052	268.970	6,59
São Paulo	12.873.605	13.412.779	539.174	4,19
Sul	7.557.531	7.902.443	344.912	4,56
Paraná	2.783.715	2.920.277	136.562	4,91
Santa Catarina	1.969.654	2.061.577	91.923	4,67
Rio Grande do Sul	2.804.162	2.920.589	116.427	4,15
Centro-Oeste	3.630.804	3.849.483	218.679	6,02
Mato Grosso do Sul	560.789	597.968	37.179	6,63
Mato Grosso	656.542	709.377	52.835	8,05
Goiás	1.313.641	1.385.230	71.589	5,45
Distrito Federal	1.099.832	1.156.908	57.076	5,19
Total	44.068.355	46.310.631	2.242.276	5,09

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Gráfico 3



I.3 – Emprego por Gênero

No que diz respeito às informações por gênero, os dados revelam que o nível de emprego da mão-de-obra feminina cresceu 5,93%, ante um aumento de 4,49% para os homens. Essa diferença de 1,44 pontos percentuais ampliou-se quando se toma como referência o resultado de 2010, de 0,58 pp, oriundo da expansão de 7,28% para as mulheres e de 6,70% para os homens. Esse comportamento tem como resultado a elevação da participação da mulher no mercado de trabalho formal, de 41,56% em 2010, para 41,90% em 2011, fenômeno que vem ocorrendo nos últimos anos.

A leitura dos dados segundo o grau de instrução mostra uma heterogeneidade de comportamento, com variações no nível de emprego que oscilam de -19,45% para os Analfabetos, decorrente de um declínio de 48,06% para o gênero feminino e de 12,87% para o masculino, e elevação de 8,54% para o Ensino Médio Completo, oriunda de um aumento de 8,79% para os homens e de 8,22% para as mulheres. Esses resultados indicam a continuidade do aumento expressivo dos assalariados com Ensino Médio Completo, cuja participação passou de 41,85% em 2010, para 43,22% em 2011, contrapondo-se à redução significativa dos Analfabetos, que passou de 0,50% em 2010, para 0,39% em 2011. No nível de instrução Superior Completo, ocorreu a segunda maior taxa de crescimento (+8,06%), resultante do aumento de 8,12% para as mulheres e de 7,97% para os homens, equivalente ao acréscimo de 345,4 mil postos de trabalho femininos, ante 240,6 mil postos masculinos. Esse resultado retoma a trajetória de liderança da mulher no crescimento do emprego formal neste nível de instrução, verificada nos últimos anos e interrompida apenas em 2010, embora houvesse predominância delas no estoque e na geração de empregos em 2010. Outro nível de escolaridade onde predomina a mulher é o Superior Incompleto, no qual verificou-se um aumento de 4,41%, porém, o crescimento e a geração de empregos do gênero masculino, de 4,66% ou +40,6 mil postos, superaram aos registrados pelo gênero feminino, de 4,18% ou +39,7 mil postos.

Tabela 4

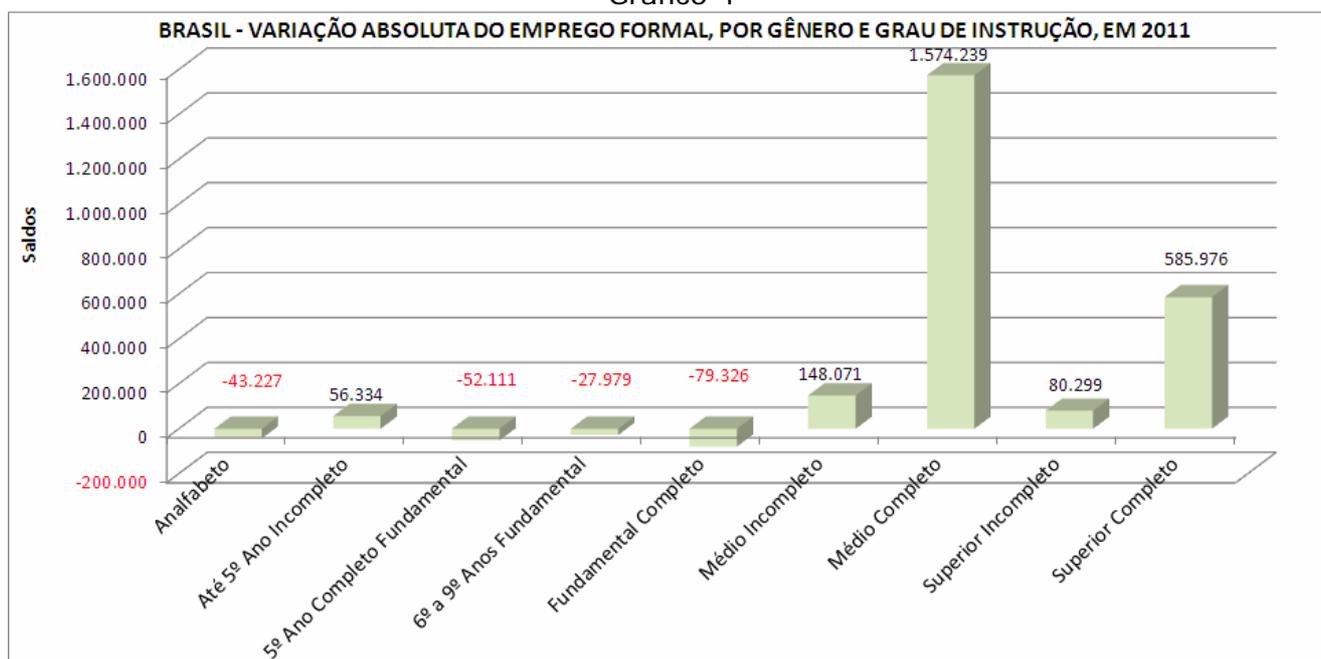
BRASIL - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, SEGUNDO GÊNERO E GRAU DE INSTRUÇÃO, EM 2010 E 2011

Grau de Instrução	2010			2011			Variação Absoluta			Variação Relativa (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	180.705	41.546	222.251	157.447	21.577	179.024	-23.258	-19.969	-43.227	-12,87	-48,06	-19,45
Até 5º Ano Incompleto	1.230.070	336.511	1.566.581	1.259.736	363.179	1.622.915	29.666	26.668	56.334	2,41	7,92	3,60
5º Ano Completo Fundamental	1.471.011	530.537	2.001.548	1.424.222	525.215	1.949.437	-46.789	-5.322	-52.111	-3,18	-1,00	-2,60
6º a 9º Anos Fundamental	2.489.336	957.792	3.447.128	2.460.330	958.819	3.419.149	-29.006	1.027	-27.979	-1,17	0,11	-0,81
Fundamental Completo	3.959.033	1.839.880	5.798.913	3.917.741	1.801.846	5.719.587	-41.292	-38.034	-79.326	-1,04	-2,07	-1,37
Médio Incompleto	2.296.875	1.200.665	3.497.540	2.382.045	1.263.566	3.645.611	85.170	62.901	148.071	3,71	5,24	4,23
Médio Completo	10.236.461	8.206.622	18.443.083	11.136.398	8.880.924	20.017.322	899.937	674.302	1.574.239	8,79	8,22	8,54
Superior Incompleto	870.865	948.501	1.819.366	911.488	988.177	1.899.665	40.623	39.676	80.299	4,66	4,18	4,41
Superior Completo	3.018.402	4.253.543	7.271.945	3.258.952	4.598.969	7.857.921	240.550	345.426	585.976	7,97	8,12	8,06
Total	25.752.758	18.315.597	44.068.355	26.908.359	19.402.272	46.310.631	1.155.601	1.086.675	2.242.276	4,49	5,93	5,09

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Gráfico 4



I.4 – Emprego por Faixa Etária

Quando se toma como referência o recorte por faixa etária, percebe-se crescimento generalizado do emprego, com as faixas dos extremos, a população mais vulnerável (jovens e idosos), apontando os crescimentos mais expressivos. No que se refere aos jovens, a elevação do nível de emprego foi da ordem de 14,48%, percentual quase duas vezes maior que o crescimento médio do país (+5,09%). No outro extremo, os assalariados com mais de 65 anos e de 50 a 64 anos evidenciaram aumentos de 11,45% e 7,99%, respectivamente, percentuais superiores à média, indicando maior dinamismo, quando comparado com os desempenhos ocorridos nas demais faixas etárias, que oscilaram de 2,28%, para os vínculos empregatícios na faixa de 25 a 29 anos, a 6,26%, para aquela de 30 a 39 anos. Em termos absolutos, sobressaíram-se as faixas etárias de 30 a 39 anos (+798,7 mil postos), de 50 a 64 anos (+471,4 mil postos) e de 40 a 49 anos (+413,6 mil postos).

Tabela 5
BRASIL - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, POR FAIXA ETÁRIA

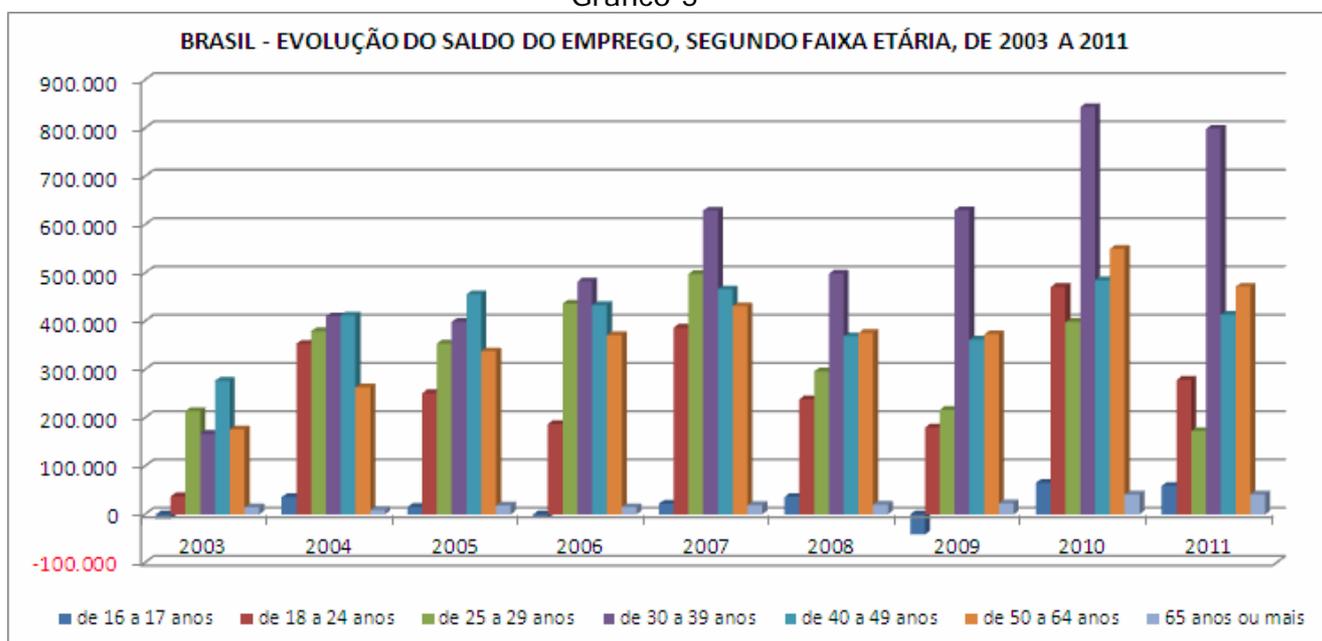
Faixa Etária	2010	2011	Varição Absoluta	Varição Relativa (%)
16 a 17 anos	407.186	466.162	58.976	14,48
18 a 24 anos	7.542.292	7.820.740	278.448	3,69
25 a 29 anos	7.565.286	7.738.086	172.800	2,28
30 a 39 anos	12.763.418	13.562.142	798.724	6,26
40 a 49 anos	9.499.998	9.913.632	413.634	4,35
50 a 64 anos	5.899.157	6.370.604	471.447	7,99
65 ou mais	361.387	402.753	41.366	11,45
Total	44.068.355	46.310.631	2.242.276	5,09

No total estão incluídos os ignorados

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/TEM

Gráfico 5



I.5 – Emprego por Tamanho de Estabelecimento

As informações segundo o tamanho do estabelecimento revelam que todos os extratos expandiram o nível de emprego, com destaque para a faixa de 20 a 49 vínculos, onde se concentram os estabelecimentos de pequeno porte, que registrou a maior taxa de elevação (+6,54%), seguida daquelas de 5 a 9 vínculos (+5,99%) e de 10 a 19 vínculos (+5,87%). Em conjunto, essas três faixas responderam pelo incremento de 786,9 mil postos ou +35,09% do total de empregos criados, dos quais 338,4 mil postos corresponderam à faixa de 20 a 49 vínculos. Em termos absolutos, o extrato de 1.000 ou mais vínculos foi responsável pela maior geração de empregos em 2011, ao apresentar um crescimento de 5,10% ou um acréscimo de 599,3 mil postos de trabalho. Em contrapartida, a faixa de 250 a 499 vínculos foi aquela em que se verificou o menor dinamismo, tanto em termos relativos, quanto absolutos (+2,35% ou +90,7 mil postos)

Tabela 6

**BRASIL - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA,
SEGUNDO TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - 2010 E 2011**

Tamanho do Estabelecimento	2010	2011	Varição Absoluta	Varição relativa (%)
Até 4 vínculos ativos	3.669.698	3.839.970	170.272	4,64
De 5 a 9 vínculos ativos	3.546.585	3.759.170	212.585	5,99
De 10 a 19 vínculos ativos	4.022.658	4.258.590	235.932	5,87
De 20 a 49 vínculos ativos	5.177.935	5.516.317	338.382	6,54
De 50 a 99 vínculos ativos	3.649.726	3.843.344	193.618	5,31
De 100 a 249 vínculos ativos	4.637.845	4.887.520	249.675	5,38
De 250 a 499 vínculos ativos	3.854.345	3.945.094	90.749	2,35
De 500 a 999 vínculos ativos	3.769.090	3.920.885	151.795	4,03
1000 ou mais vínculos ativos	11.740.473	12.339.741	599.268	5,10
Total	44.068.355	46.310.631	2.242.276	5,09

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/TEM

II - Remuneração

De acordo com a RAIS, em 2011, os rendimentos médios reais dos trabalhadores apresentaram um aumento real de 2,93%, em relação ao mês de dezembro de 2010, percentual superior ao registrado em 2010 (2,57%), ao passarem de R\$ 1.847,92 para R\$ 1.902,13, tomado como referência o INPC. Esse resultado indica a continuidade da trajetória de crescimento da remuneração observada nos últimos anos.

II.1 – Remuneração Geográfica

As informações de rendimento médio dos trabalhadores para as Grandes Regiões revelam expansão generalizada. A região Nordeste apresentou a maior taxa de crescimento real (3,98%), seguida da região Sul (3,48%), da Sudeste (3,11%) e da Norte (2,66%). A menor taxa foi registrada na região Centro-Oeste (0,24%). Em termos nominais, embora os dados mostrem a persistência de heterogeneidade de salários entre as regiões, que pode ser explicada não somente pela segmentação geográfica, mas também pela influência de outros atributos do trabalhador, como educação, idade e gênero, em conjugação com os setores em que estão inseridos, verifica-se que em 2011 houve uma redução no diferencial dos rendimentos entre a região Nordeste, na qual se observam as menores remunerações, e a região Centro-Oeste, que concentra os maiores valores. Em 2010, a relação entre os rendimentos dessas duas regiões era de 62,65% e elevou-se para 64,99% em 2011. A remuneração média do Nordeste (R\$ 1.501,33) oscila entre o valores de R\$ 1.367,79 no Ceará, a R\$ 1.704,36 em Sergipe, contrastando com a região Centro-Oeste (R\$ 2.310,09), onde o maior rendimento médio foi registrado no Distrito Federal (R\$ 3.835,88) e o menor em Goiás (R\$ 1.597,77).

Os dados segundo o recorte por Unidades da Federação assinalam que quase todas elas obtiveram ganhos reais em 2011. Os maiores aumentos ocorreram no estado de Tocantins (10,74%), seguido, em menor medida pelos estados de Pernambuco (5,70%), Goiás (5,57%) e Maranhão (4,95%). Em contrapartida, os três estados que registraram

perdas nos rendimentos foram Distrito Federal (-2,63%), Amapá (-1,89%) e Roraima (-0,60%) . Os dados da RAIS, em razão da diversidade sócio-econômica do país, evidenciam, ainda, a existência de diferenças significativas entre os rendimentos percebidos nas Unidades da Federação, apontando, contudo, uma redução no nível de disparidade, quando comparados os resultados extremos de 2010 com os de 2011, cujo diferencial entre o maior rendimento e o menor, da ordem 202,20% em 2010, reduziu-se para 180,44% em 2011. O Distrito Federal e o Ceará foram as Unidades da Federação onde se registraram as maiores distâncias entre os rendimentos auferidos em 2010 e 2011. A remuneração no Distrito Federal, em 2011, foi da ordem de R\$ 3.835,88, contrapondo-se com a remuneração média auferida no estado do Ceará, que situou-se em torno de R\$ 1.367,79.

Tabela 7
BRASIL - REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO EM REAIS, EM 2010 E 2011, A
PREÇOS DE DEZEMBRO/2011

Unidade Geográfica	2010	2011	Varição Relativa (%)
Norte	1.722,50	1.768,39	2,66
Rondônia	1.722,67	1.774,08	2,98
Acre	1.844,02	1.863,67	1,07
Amazonas	1.816,03	1.848,12	1,77
Roraima	2.067,33	2.054,95	-0,60
Pará	1.585,38	1.625,45	2,53
Amapá	2.267,50	2.224,54	-1,89
Tocantins	1.621,19	1.795,35	10,74
Nordeste	1.443,93	1.501,33	3,98
Maranhão	1.422,89	1.493,37	4,95
Piauí	1.391,45	1.446,56	3,96
Ceará	1.303,66	1.367,79	4,92
Rio Grande do Norte	1.520,71	1.577,68	3,75
Paraíba	1.383,88	1.419,01	2,54
Pernambuco	1.453,32	1.536,17	5,70
Alagoas	1.363,35	1.414,65	3,76
Sergipe	1.675,21	1.704,36	1,74
Bahia	1.512,82	1.557,63	2,96
Sudeste	1.978,32	2.039,75	3,11
Minas Gerais	1.555,08	1.621,75	4,29
Espírito Santo	1.694,41	1.698,06	0,22
Rio de Janeiro	2.139,04	2.175,68	1,71
São Paulo	2.099,73	2.170,16	3,35
Sul	1.709,75	1.769,22	3,48
Paraná	1.682,60	1.759,38	4,56
Santa Catarina	1.665,58	1.718,46	3,18
Rio Grande do Sul	1.767,64	1.814,60	2,66
Centro-Oeste	2.304,63	2.310,09	0,24
Mato Grosso do Sul	1.706,85	1.747,48	2,38
Mato Grosso	1.626,11	1.678,45	3,22
Goiás	1.513,41	1.597,77	5,57
Distrito Federal	3.939,65	3.835,88	-2,63
Total	1.847,92	1.902,13	2,93

Deflatores: INPC

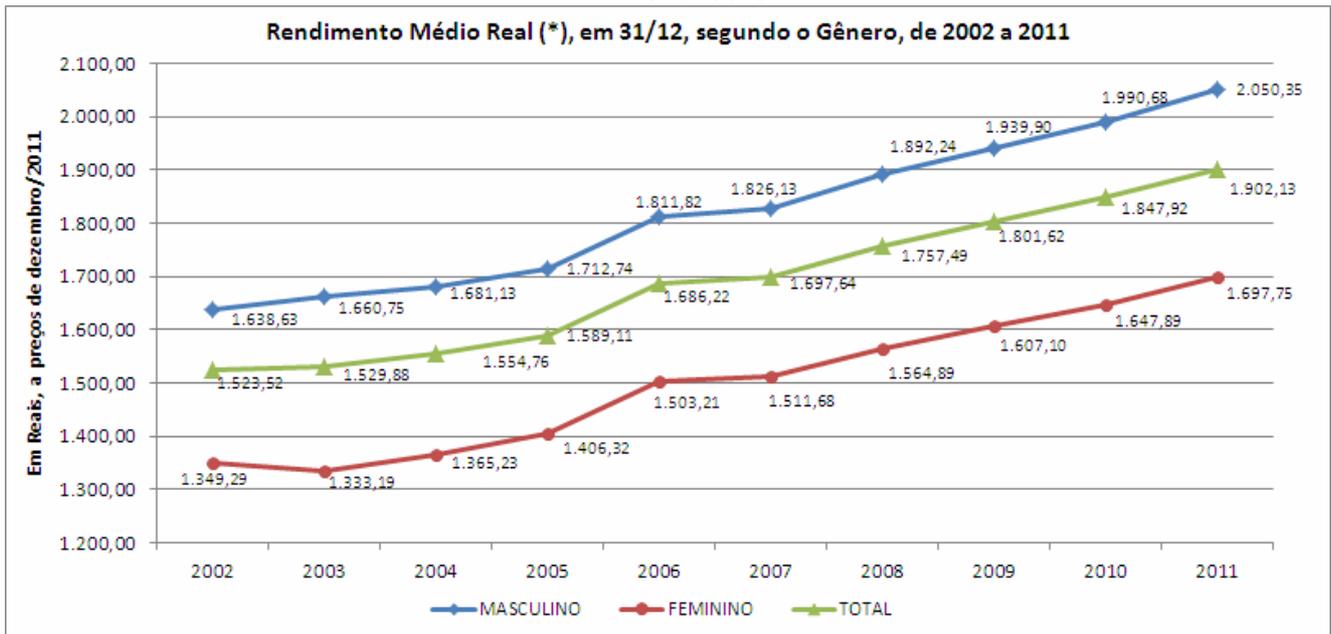
Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

II.2 – Remuneração por Gênero

As informações da RAIS segundo o recorte por gênero revelam que, em 2011, os rendimentos médios dos homens e das mulheres registraram aumentos reais muito semelhantes (3,00% e 3,03%, respectivamente), dando sequência à tendência de crescimento mostrada no gráfico abaixo, resultante da passagem de R\$ 1.990,68, em 2010, para R\$ 2.050,35, em 2011, no caso dos homens, e de R\$ 1.647,89 para R\$ 1.697,75, no que se refere às mulheres. Os percentuais de ganhos reais similares entre os gêneros têm como resultado praticamente a manutenção da participação do rendimento das mulheres versus homens, que oscilou de 82,78% em 2010, para 82,80% em 2011.

Gráfico 6



II.2 – Remuneração por Grau de Instrução

No que se refere aos rendimentos por grau de instrução, a leitura dos dados da RAIS demonstra que a elevação nos rendimentos médios dos homens, de 3,00%, originou-se de ganhos em todos os níveis de escolaridade, variando de 0,97% para o nível Superior Completo, a 5,57% para a categoria de Analfabetos. O aumento do rendimento médio da mulher, de 3,03%, decorreu de ganhos reais em quase todos os graus de escolaridade. Tal comportamento oculta uma variabilidade que oscila de -2,30% na faixa de Ensino Fundamental Completo a 7,55% para os vínculos classificados como Analfabetos. Os ganhos reais obtidos pelas mulheres superiores aos dos homens ocorreram para os vínculos de Analfabetos (7,55% para as mulheres e 5,57% para os homens) e para os níveis de instrução Superior Incompleto (4,12% para as mulheres e 2,08% para os homens) e Superior Completo (3,03% para as mulheres e 0,97% para os homens). O diferencial entre os rendimentos dos homens e das mulheres continua se concentrando nos níveis Superior Incompleto (67,44%) e Superior Completo (60,42%), apesar dos ganhos reais das mulheres terem sido superiores aos dos homens nestas duas faixas. No outro extremo (Analfabetos), no qual a mulher obteve também ganho real superior ao dos homens, foi a faixa onde se verificou a maior representatividade dos rendimentos das mulheres (85,76%).

Tabela 8
BRASIL - REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO, EM REAIS, A PREÇOS DE DEZ/2011, POR GRAU DE INSTRUÇÃO E GÊNERO, EM 2010 E 2011

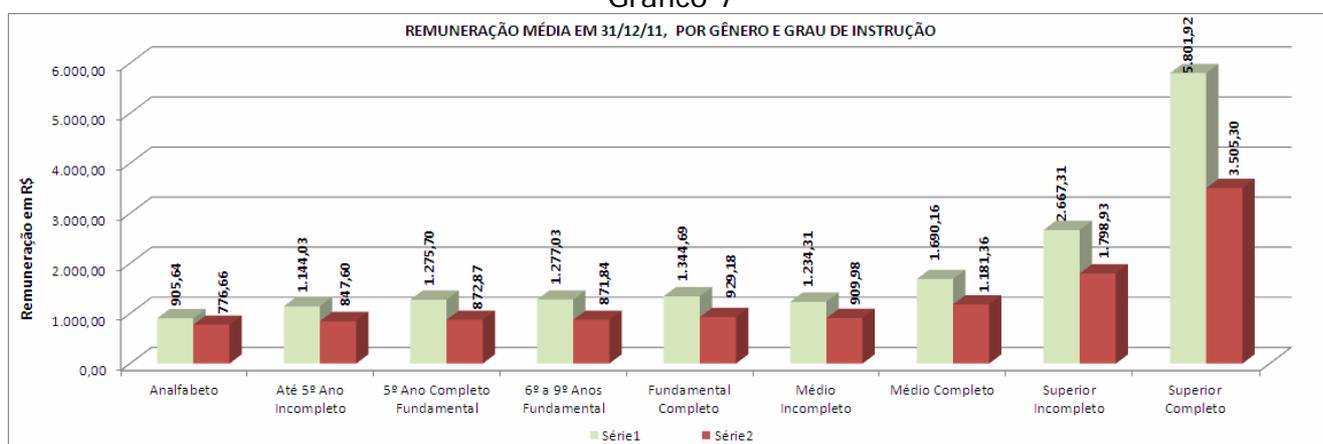
Grau de Instrução	2010			2011			Variação Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	857,86	722,13	832,82	905,64	776,66	890,49	5,57	7,55	6,93
Até 5º Ano Incompleto	1.100,80	823,22	1.041,27	1.144,03	847,60	1.077,58	3,93	2,96	3,49
5º Ano Completo Fundamental	1.226,83	839,54	1.124,81	1.275,70	872,87	1.167,53	3,98	3,97	3,80
6º a 9º Anos Fundamental	1.220,22	842,46	1.115,87	1.277,03	871,84	1.163,91	4,66	3,49	4,30
Fundamental Completo	1.324,12	951,07	1.205,77	1.344,69	929,18	1.213,68	1,55	-2,30	0,66
Médio Incompleto	1.213,67	898,57	1.105,47	1.234,31	909,98	1.121,75	1,70	1,27	1,47
Médio Completo	1.666,79	1.171,12	1.446,32	1.690,16	1.181,36	1.464,32	1,40	0,87	1,24
Superior Incompleto	2.613,01	1.727,73	2.152,21	2.667,31	1.798,93	2.216,00	2,08	4,12	2,96
Superior Completo	5.746,00	3.402,29	4.375,87	5.801,92	3.505,30	4.457,54	0,97	3,03	1,87
Total	1.990,68	1.647,89	1.847,92	2.050,35	1.697,75	1.902,13	3,00	3,03	2,93

Deflador: INPC

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Gráfico 7



II.2 – Remuneração Setorial

Segundo o recorte setorial, verifica-se que, dentre os oito setores e os vinte e cinco subsetores de atividade econômica, todos registraram aumentos reais nas remunerações médias em 2011. Em termos setoriais, os destaques couberam à Construção Civil (5,07%), seguida da Agricultura (4,66%) e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (4,46%).

A Indústria de Transformação apresentou um ganho real de 3,56% na remuneração, oriundo do aumento real nos doze ramos que a integram, cabendo destacar a Química (4,51%), a Indústria Têxtil (4,41%) e a Indústria de Produtos Alimentícios (3,86%).

O setor Serviços obteve um aumento real de 3,10%, decorrente também de ganhos reais em todos os segmentos que o compõem, com destaque para os Serviços Médicos e Odontológicos (4,64%), os Serviços de Comércio e Administração de Imóveis e Técnico-Profissionais (3,86%) e os Serviços de Alojamento e Alimentação (3,67%).

O ganho real obtido pelo Comércio foi de 3,12%, que pode ser creditado ao aumento real do Comércio Atacadista (3,65%) e do Comércio Varejista (2,94%).

Tabela 9

BRASIL - REMUNERAÇÃO MÉDIA EM 31/12, EM REAIS, A PREÇOS DE DEZ/2011,
POR SETOR E SUBSETOR, EM 2010 E 2011

Setor/Subsetor	2010	2011	Variação relativa (%)
Extrativa Mineral	4.241,44	4.388,24	3,46
Indústria de Transformação	1.846,41	1.912,21	3,56
Prod. Mineral Não Metálico	1.404,99	1.441,66	2,61
Indústria Metalúrgica	2.074,23	2.122,40	2,32
Indústria Mecânica	2.486,75	2.565,29	3,16
Elétrico e Comunic	2.222,14	2.254,41	1,45
Material de Transporte	3.231,23	3.280,53	1,53
Madeira e Mobiliário	1.191,73	1.233,09	3,47
Papel e Gráf	2.170,43	2.227,91	2,65
Borracha, Fumo, Couros	1.793,44	1.861,22	3,78
Indústria Química	2.766,90	2.891,76	4,51
Indústria Têxtil	1.085,58	1.133,42	4,41
Indústria Calçados	945,40	971,31	2,74
Alimentos e Bebidas	1.370,08	1.423,01	3,86
Serviço Utilidade Pública	3.289,25	3.435,85	4,46
Construção Civil	1.512,08	1.588,72	5,07
Comércio	1.212,10	1.249,92	3,12
Comércio Varejista	1.098,53	1.130,83	2,94
Comércio Atacadista	1.789,90	1.855,26	3,65
Serviços	1.814,62	1.870,85	3,10
Instituição Financeira	4.350,39	4.453,23	2,36
Adm Técnica Profissional	1.614,88	1.677,24	3,86
Transporte e Comunicações	1.798,55	1.856,65	3,23
Aloj Comunic	1.217,97	1.262,64	3,67
Médicos Odontológicos Vet	1.697,82	1.776,58	4,64
Ensino	2.670,27	2.716,52	1,73
Administração Pública	2.608,48	2.676,89	2,62
Agricultura	1.019,53	1.067,05	4,66
Total	1.847,92	1.902,13	2,93

Deflator: INPC

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

II.4 – Remuneração por Tamanho de Estabelecimento

Os dados por Tamanho do Estabelecimento apontam que todas as faixas obtiveram elevação nos rendimentos, apresentando uma variabilidade pequena, quando comparada com o comportamento de outras variáveis. A faixa que registrou menor ganho real foi aquela dos estabelecimentos com 500 a 999 vínculos empregatícios (1,86%) e a que mais se sobressaiu foi a que compreende 250 a 499 vínculos (3,81%).

Ao se tomar como referência os dados dos extremos, nota-se que a faixa de 1 a 4 vínculos revelou um aumento de 3,32%, próximo do obtido para a faixa de 1.000 ou mais vínculos (3,17%). Esse comportamento foi diferente do ocorrido no ano anterior, quando se

verificou um aumento expressivo de 4,04% para os estabelecimentos com mais de 1.000 vínculos, ante uma elevação de 2,97% para os situados na faixa de 1 a 4 vínculos. Isso resultou em uma ligeira redução da distância dos rendimentos auferidos nos micro estabelecimentos (R\$ 946,96) e nos grandes estabelecimentos, com 1.000 ou mais vínculos (R\$ 2.726,22), que passou de 188,32% em 2010, para 187,89% em 2011. Essa expressiva diferença entre as remunerações médias desses dois estratos pode ser explicada pela interação de um conjunto de fatores, tais como o nível de escolaridade, o grau de sindicalização e o poder de mercado dos estabelecimentos de repassar os custos aos preços. É de se esperar também que, nos estabelecimentos maiores, haja uma mão de obra mais qualificada e, por conseguinte, melhor remunerada. Nesse contexto, percebe-se uma nítida correlação entre o tamanho do estabelecimento e os rendimentos, ou seja, quanto maior o estabelecimento, maior a remuneração dos trabalhadores.

Tabela 10
BRASIL - REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO, EM REAIS, A PREÇOS DE
DEZ/2011, POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, EM 2010 E 2011

Tamanho do Estabelecimento	2010	2011	Varição Relativa (%)
De 1 a 4 vínculos ativos	916,51	946,96	3,32
De 5 a 9 vínculos ativos	1.083,10	1.118,10	3,23
De 10 a 19 vínculos ativos	1.251,48	1.290,64	3,13
De 20 a 49 vínculos ativos	1.438,35	1.476,16	2,63
De 50 a 99 vínculos ativos	1.615,85	1.658,79	2,66
De 100 a 249 vínculos ativos	1.845,70	1.900,86	2,99
De 250 a 499 vínculos ativos	2.043,53	2.121,48	3,81
De 500 a 999 vínculos ativos	2.247,39	2.289,19	1,86
1000 ou mais vínculos ativos	2.642,51	2.726,22	3,17
Total	1.847,92	1.902,13	2,93

Deflator: INPC

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

III – Raça/Cor

Nesses últimos anos, o Ministério do Trabalho e Emprego tem concentrado esforços em ações vinculadas à melhoria da qualidade das informações referentes à variável raça/cor, especificamente aquelas relativas aos vínculos empregatícios estatutários. Entretanto, os dados de 2011 ainda não apresentam o mesmo padrão de confiabilidade das demais variáveis da RAIS. Dessa forma, não será abordado o comportamento do emprego estatutário, segundo raça/cor, estando centrada a análise sobre os vínculos empregatícios celetistas que, em 2011, somaram 37,6 milhões. Também serão tecidos comentários apenas sobre os vínculos empregatícios da raça/cor classificados como Brancos, Pardos e Negros, tendo em vista a inexpressiva representatividade dos vínculos classificados como amarelos e indígenas, que, em conjunto, não atingem 1%.

Em 2011, considerando os trabalhadores declarados como Brancos, Pretos/Negros e os Pardos, observa-se que todos expandiram o contingente de vínculos empregatícios, com destaque para os Pardos, que registraram aumento de 9,13%, liderando também a geração de empregos, com incremento 939,0 mil postos, que no ano anterior coube aos Brancos.

Esses resultados contribuíram para a elevação da participação dos Pardos, de 28,98% em 2010, para 29,85% em 2011.

A segunda maior taxa de crescimento foi verificada para os vínculos de Pretos/Negros, que aumentaram o contingente de empregos em 4,53%, representando um incremento de 83,7 mil postos. Note-se que, em relação ao mesmo período do ano anterior, este segmento registrou uma redução no ritmo de crescimento, quando apontou uma elevação de 7,89%, ou acréscimo de 185,1 mil postos. Isso resultou num declínio da taxa de participação de 5,20% em 2010, para 5,13%, em 2011.

No caso dos Brancos, a taxa de crescimento foi a menor (3,38%) dentre os três tipos, porém a geração de empregos foi a segunda, com 715,4 mil postos. Esse resultado traduziu-se em uma diminuição na participação dos vínculos Brancos, em 2011, de 61,05% em 2010, para 58,25% no ano seguinte, dando continuidade à tendência declinante verificada desde 2007.

As informações por Gênero evidenciam que as mulheres apresentaram uma taxa de crescimento de 7,64%, ante um aumento de 4,95% para os homens.

Os dados por Raça/Cor mostram que as mulheres apresentaram crescimentos superiores aos dos homens nos três tipos de raças: Parda, 12,18% para as mulheres, ante 7,58% para os homens, Preta/Negra, 7,58% para as mulheres e 3,15% para os homens, e Branca, 4,75% para as mulheres e 2,46% para os homens.

Tabela 11
BRASIL - NÚMERO DE VÍNCULOS CELETISTAS ATIVOS EM 31/12, SEGUNDO RAÇA/COR E GÊNERO, EM 2010 E 2011

RAÇA/COR	RAIS 2010			RAIS 2011			Variação Absoluta			Variação Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Indígena	57.179	29.721	86.900	56.062	28.630	84.692	-1.117	-1.091	-2.208	-1,95	-3,67	-2,54
Branca	12.727.662	8.462.315	21.189.977	13.041.365	8.863.969	21.905.334	313.703	401.654	715.357	2,46	4,75	3,38
Preta/Negra	1.271.648	575.225	1.846.873	1.311.737	618.853	1.930.590	40.089	43.628	83.717	3,15	7,58	4,53
Amarela	159.582	98.289	257.871	162.624	100.236	262.860	3.042	1.947	4.989	1,91	1,98	1,93
Parda	6.813.430	3.472.316	10.285.746	7.329.605	3.895.148	11.224.753	516.175	422.832	939.007	7,58	12,18	9,13
Não Identificados	1.136.022	686.556	1.822.578	1.362.411	835.254	2.197.665	226.389	148.698	375.087	19,93	21,66	20,58
Total	22.165.523	13.324.422	35.489.945	23.263.804	14.342.090	37.605.894	1.098.281	1.017.668	2.115.949	4,95	7,64	5,96

Obs: O total inclui os ignorados.

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Os dados por Grau de Instrução revelam que, nas faixas de menor escolaridade, Analfabetos e Até o Quinto Ano Incompleto, há uma predominância dos Pretos/Negros e Pardos, em relação aos Brancos. No nível de Analfabetos o percentual dos Pretos/Negros correspondia a 0,86% e o dos Pardos a 0,71%, ante 0,28% para os Brancos. No grau de instrução até o Quinto Ano Incompleto, as participações dos assalariados Pretos/Negros e Pardos eram de 6,29% e de 5,19%, respectivamente, contra 2,71% dos Brancos.

No outro extremo, nível Superior Completo, a representatividade dos Brancos, para a totalidade dos trabalhadores, atinge 14,72%, percentual bastante superior ao do registrado para os Pretos/Negros (4,57%) e para os Pardos (6,91%), o que pode estar refletindo uma desigualdade nas oportunidades de trabalho.

As informações por Gênero evidenciam, em termos gerais, que a participação da mulher, nos três tipos de Raças/Coors, é menor nos níveis de escolaridade abaixo do nível

médio incompleto e maior nas faixas de mais altos graus de instrução, quando comparada à participação dos homens.

Tabela 12
BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DE EMPREGO EM 31/12/2011, POR RAÇA/COR, GRAU DE INSTRUÇÃO E GÊNERO

Grau de Instrução	Branca			Preta/Negra			Parda			Total		
	Masc.	Fem.	Total									
Analfabeto	0,40	0,11	0,28	1,14	0,27	0,86	1,01	0,16	0,71	0,65	0,13	0,45
Até o 5º ano Incomp. Ensino Fundamental	3,51	1,53	2,71	7,62	3,47	6,29	6,81	2,14	5,19	4,87	1,80	3,70
5º ano Completo do Ensino Fundamental	5,22	2,77	4,23	7,73	4,59	6,73	5,85	2,65	4,74	5,59	2,82	4,53
Do 6º ao 9º ano Incomp. Ensino Fundamental	9,01	5,25	7,49	13,44	8,71	11,92	11,12	5,96	9,33	9,99	5,62	8,32
Ensino Fundamental Completo	15,30	10,54	13,38	16,53	12,59	15,27	14,98	9,70	13,15	15,27	10,39	13,41
Ensino Médio Incompleto	9,48	7,66	8,74	10,77	9,60	10,40	10,06	8,27	9,44	9,76	7,93	9,06
Ensino Médio Completo	41,27	46,93	43,56	37,45	49,84	41,42	42,90	56,08	47,47	41,59	49,73	44,70
Educação Superior Incompleta	4,07	6,07	4,88	1,97	3,75	2,54	2,33	4,45	3,06	3,36	5,49	4,17
Educação Superior Completa	11,72	19,14	14,72	3,34	7,18	4,57	4,96	10,60	6,91	8,93	16,10	11,66
Total	100,00											

Fonte: RAIS/2010 - MTE

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Os rendimentos dos trabalhadores classificados como Pretos/Negros foram os que obtiveram maior aumento (+4,69%), seguidos daqueles declarados como brancos (+4,37%) e como pardos (+3,96%). Esses resultados não repetem o mesmo tipo de comportamento verificado em 2010 e 2009, quando, além dos Pretos/Negros, os Pardos obtiveram aumentos superiores aos dos Brancos. Em 2010, por exemplo, o percentual de aumento dos Pretos/Negros foi de 3,58%, dos Pardos (3,05%) e dos Brancos (2,47%). A mudança na classificação de ganhos reais dos Pardos pode estar atrelada ao aumento expressivo do número desses trabalhadores em 2011.

Os rendimentos médios dos vínculos empregatícios declarados como Pretos/Negros representam 68,51% daqueles auferidos pelos Brancos. Na relação dos rendimentos dos Pardos versus Brancos, esse percentual atinge 70,25%. Em outros termos, os rendimentos médios dos Brancos situam-se 45,96% acima dos rendimentos médios percebidos pelos Pretos/Negros, apontando uma tênue redução em relação ao ano anterior (46,40%), dando continuidade à tendência declinante verificada desde 2007. No caso dos Pardos, o comportamento nesse ano, quando se verificou um aumento nos rendimentos menor que o registrado para os Brancos, indica uma interrupção no processo de redução da disparidade nos rendimentos registrado nos últimos anos.

No tocante ao Gênero, os dados indicam que a Mulher Branca foi a que obteve o maior percentual de aumento nos rendimentos, de 4,35%, ante 4,17% para a Mulher Preta/Negra e 3,40% para a classificada como Parda. No que diz respeito aos Homens, a liderança no aumento real ocorreu para aqueles trabalhadores Pretos/Negros, de 5,23%, seguidos dos trabalhadores Brancos (4,64%), cujo percentual foi bem próximo do obtido para os Pardos (4,54%).

Tabela13

BRASIL - REMUNERAÇÃO EM DEZEMBRO DOS VÍNCULOS CELETISTAS ATIVOS, SEGUNDO RAÇA/COR E GÊNERO

Raça/Cor	RAIS 2010 (*)			RAIS 2011			Variação Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Indígena	1.544,21	1.189,22	1.420,48	1.562,55	1.232,49	1.450,32	1,19	3,64	2,10
Branca	2.006,66	1.489,02	1.799,37	2.099,80	1.553,78	1.878,05	4,64	4,35	4,37
Preta/Negra	1.332,07	1.001,96	1.229,12	1.401,71	1.043,70	1.286,72	5,23	4,17	4,69
Amarela	2.425,38	2.018,50	2.269,54	2.545,87	2.118,88	2.382,78	4,97	4,97	4,99
Parda	1.375,21	1.062,41	1.269,13	1.437,69	1.098,54	1.319,41	4,54	3,40	3,96
Total	1.759,79	1.346,91	1.604,28	1.828,90	1.393,34	1.662,10	3,93	3,45	3,60

(*) Deflator: INPC

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

As informações de rendimento médio por grau de instrução e recorte por raça/cor demonstram que os trabalhadores classificados como brancos auferem rendimentos médios superiores em todos os níveis de graus de instrução, em relação aos trabalhadores considerados como Pretos/Negros e como pardos.

A maior disparidade entre os rendimentos médios percebidos pelos Pretos/Negros em relação aos auferidos pelos Brancos ocorre no nível Superior Completo, onde os rendimentos médios dos Pretos/Negros representavam 70,42% dos rendimentos dos Brancos, sinalizando, contudo, uma tímida melhora, quando comparada com a registrada em 2010, de 69,83%. No caso dos Pardos, essa representatividade dos rendimentos, comparativamente aos dos Brancos, era da ordem de 74,55% em 2011, apontando um recuo frente ao percentual ocorrido em 2010 (74,84%).

A menor diferença entre os rendimentos dos Pretos/Negros versus Brancos ocorreu na faixa de Ensino Fundamental Completo (91,14%), percentual superior ao registrado em 2010 (90,63%). No que se refere aos Pardos, situou-se na faixa de 5º Ano Completo do Ensino Fundamental (90,62%), percentual, todavia, inferior ao ocorrido no ano anterior (91,16%).

Tabela 14

BRASIL - REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO, POR GRAU DE INSTRUÇÃO E RAÇA/COR, EM 2011

Grau de Instrução	Branca (a)	Preta/Negra (b)	Parda (c)	Total	Relação % (b)/(a)	Relação % (c)/(a)
Analfabeto	951,24	845,01	847,07	887,86	88,83	89,05
Até o 5ª ano Incomp. do Ensino Fundamental	1.109,53	996,39	1.002,82	1.051,69	89,80	90,38
5ª ano Completo do Ensino Fundamental	1.199,55	1.073,26	1.087,04	1.147,98	89,47	90,62
Do 6ª ao 9ª ano Incomp. do Ensino Fundamental	1.187,08	1.067,27	1.067,41	1.135,07	89,91	89,92
Ensino Fundamental Completo	1.211,53	1.104,15	1.077,94	1.159,13	91,14	88,97
Ensino Médio Incompleto	1.131,64	1.020,12	979,77	1.071,49	90,15	86,58
Ensino Médio Completo	1.459,18	1.305,63	1.214,43	1.361,21	89,48	83,23
Educação Superior Incompleta	2.301,74	1.871,83	1.816,24	2.161,62	81,32	78,91
Educação Superior Completa	4.662,60	3.283,53	3.475,86	4.397,80	70,42	74,55
Total	1.878,05	1.286,72	1.319,41	1.662,10	68,51	70,25

Obs.: no total estão incluídas as remunerações das raças Amarela, Indígena e Não Identificadas

Fonte: RAIS/2010 - MTE

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

IV – Pessoas com Deficiência

De acordo com a RAIS, em 2011, 325,3 mil vínculos foram declarados como de pessoas com deficiência, representando 0,70% do total dos vínculos empregatícios, sinalizando uma relativa estabilidade, quando comparado com o resultado registrado em 2010 (0,69%). Do total de 325,3 mil, 213,8 mil eram do gênero masculino e 111,4 mil do feminino, o que indica uma proporção de 65,74% do total de Deficientes para o Homem e de 34,26% para a Mulher.

Tabela 15

BRASIL - TOTAL DE EMPREGOS EM 31/12 E VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, POR TIPO DE DEFICIÊNCIA E GÊNERO

Tipo de Deficiência	RAIS/2010			RAIS/2011			Variação Absoluta			Variação Relativa (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Física	107.246	59.444	166.690	114.208	59.999	174.207	6.962	555	7.517	4,18	0,93	4,51
Auditiva	45.415	23.404	68.819	48.171	25.408	73.579	2.756	2.004	4.760	4,00	8,56	6,92
Visual	11.414	6.296	17.710	14.078	7.769	21.847	2.664	1.473	4.137	15,04	23,40	23,36
Intelectual (Mental)	11.232	4.374	15.606	13.398	5.412	18.810	2.166	1.038	3.204	13,88	23,73	20,53
Múltipla	2.564	1.281	3.845	2.724	1.420	4.144	160	139	299	4,16	10,85	7,78
Reabilitado	22.322	11.021	33.343	21.268	11.436	32.704	-1.054	415	-639	-3,16	3,77	-1,92
Total de Deficientes	200.193	105.820	306.013	213.847	111.444	325.291	13.654	5.624	19.278	4,46	5,31	6,30
Não Deficientes	25.552.565	18.209.777	43.762.342	26.694.512	19.290.828	45.985.340	1.141.947	1.081.051	2.222.998	2,61	5,94	5,08
Total	25.752.758	18.315.597	44.068.355	26.908.359	19.402.272	46.310.631	1.155.601	1.086.675	2.242.276	2,62	5,93	5,09

Fonte: RAIS/2010 - MTE

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Com relação às modalidades, os dados demonstram uma predominância do gênero Masculino em todas elas, porém, evidenciam também sinais de redução na maioria, com exceção dos vínculos com Deficiência Física, que registraram uma elevação, ao passarem de 64,34%, em 2010, para 65,56% em 2011. No caso das pessoas com Deficiência Visual, verificou-se uma relativa estabilidade (64,45% em 2010, ante 64,44% em 2011). Quanto aos demais tipos, os percentuais foram de 65,99%, ante 65,47%, para os anos 2010 e 2011, respectivamente, no caso das pessoas com deficiência Auditiva, de 71,97% para 71,23%, no que se refere aos Intelectuais (Mentais) e de 66,68% para 65,73% naqueles vínculos com deficiências Múltiplas.

Tabela 16

BRASIL - TOTAL DE EMPREGOS EM 31/12 E VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, POR TIPO DE DEFICIÊNCIA E GÊNERO

Tipo de Deficiência	RAIS/2010				RAIS/2011			
	Masculino	Feminino	Total	Participação Masc./Total	Masculino	Feminino	Total	Participação Masc./Total
Física	107.246	59.444	166.690	64,34	114.208	59.999	174.207	65,56
Auditiva	45.415	23.404	68.819	65,99	48.171	25.408	73.579	65,47
Visual	11.414	6.296	17.710	64,45	14.078	7.769	21.847	64,44
Intelectual (Mental)	11.232	4.374	15.606	71,97	13.398	5.412	18.810	71,23
Múltipla	2.564	1.281	3.845	66,68	2.724	1.420	4.144	65,73
Reabilitado	22.322	11.021	33.343	66,95	21.268	11.436	32.704	65,03
Total de Deficientes	200.193	105.820	306.013	65,42	213.847	111.444	325.291	65,74
Não Deficientes	25.552.565	18.209.777	43.762.342	58,39	26.694.512	19.290.828	45.985.340	58,05
Total	25.752.758	18.315.597	44.068.355	58,44	26.908.359	19.402.272	46.310.631	58,10

Fonte: RAIS/2010 - MTE

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

As informações da RAIS por Grau de Instrução e Tipo de Deficiência indicam que, no Ensino Médio Completo, concentra-se o maior número de vínculos empregatícios de todas as modalidades, à semelhança do total dos vínculos. No caso das pessoas com deficiência

Física, esse montante é da ordem de 77,7 mil, ou 44,60% do total, seguido das pessoas com deficiência Auditiva (27,9 mil ou 37,88% do total) e 9,8 mil para aqueles com deficiência Visual, ou 44,70% do total, Intelectual (Mental) (5,0 mil ou 26,46% do total) e Múltipla (1,4 mil ou 33,61%). Em contrapartida, é na categoria dos Analfabetos que se verifica o menor número de vínculos empregatícios entre os cinco tipos de deficiência. No que diz respeito ao tipo de deficiência Física, a segunda posição no ranking de Grau de Instrução refere-se ao nível Superior Completo, com 23,7 mil vínculos. No caso do tipo Auditivo, os níveis Fundamental Completo e Sexta à Nona Série Fundamental respondem pela segunda e terceira posição no ranking, com 9,9 mil e 9,3 mil, respectivamente.

Tabela 17

BRASIL - NÚMERO DE EMPREGOS POR GRAU DE INSTRUÇÃO E TIPO DEFICIÊNCIA EM 31/12/2011

Grau de Instrução	Física	Auditiva	Visual	Intelectual (Mental)	Múltipla	Reabilitado	Total de Deficientes	Total de Empregos
Analfabeto	821	568	136	825	82	128	2.560	179.024
Até o 5º ano Incomp. do Ensino Fundamental	6.482	4.414	839	2.961	392	1.210	16.298	1.622.915
5º ano Completo do Ensino Fundamental	7.923	4.822	820	1.160	349	1.623	16.697	1.949.437
Do 6º ao 9º ano Incomp. do Ensino Fundamental	15.551	9.279	1.788	3.690	525	3.310	34.143	3.419.149
Ensino Fundamental Completo	18.662	9.888	2.143	2.521	540	4.385	38.139	5.719.587
Ensino Médio Incompleto	14.234	6.869	1.688	2.134	372	2.221	27.518	3.645.611
Ensino Médio Completo	77.690	27.875	9.765	4.977	1.393	14.377	136.077	20.017.322
Educação Superior Incompleta	9.127	2.297	1060	196	126	1.402	14.208	1.899.665
Educação Superior Completa	23.717	7.567	3.608	346	365	4.048	39.651	7.857.921
Total	174.207	73.579	21.847	18.810	4.144	32.704	325.291	46.310.631

Fonte: RAIS/2010 - MTE

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Os rendimentos médios das pessoas com deficiência foram de R\$ 1.891,16, ligeiramente menores que a média dos rendimentos do total de vínculos formais (R\$ 1.902,13). Esse resultado indica uma redução nos rendimentos médios do total de pessoas com deficiência, da ordem de 7,29%, oriunda, principalmente, da queda dos rendimentos das pessoas com Deficiência Física (-13,83%), que pode ser justificada, em grande parte, por uma melhor classificação dessa variável, por parte dos estabelecimentos declarantes. É importante lembrar que essa variável de pessoas com deficiência ainda está passando por ajustes, não possuindo o mesmo padrão de qualidade das demais variáveis da RAIS.

Com relação aos rendimentos médios por Gênero, segundo as modalidades de deficiência, verifica-se que, em todos os tipos, o Homem auferiu rendimentos superiores aos das Mulheres, apontando variações na participação dos rendimentos das Mulheres versus Homens que oscilam entre 58,34%, para as pessoas com deficiência Auditiva, a 90,17% para as pessoas com deficiência Intelectual (Mental). No caso das pessoas com deficiência Física, esse percentual atinge 77,03%, 77,40% para as com deficiência Múltipla e 69,94% para aquelas com deficiência Visual.

Tabela 18

BRASIL - REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$) EM 31/12/2011, POR TIPO DE DEFICIÊNCIA E GÊNERO

TIPO DE DEFICIÊNCIA	RAIS/2010			RAIS/2011			Variação Relativa (%)			Relação Rem. Fem/Masc 2011 (%)
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	
Física	2.391,09	1.709,19	2.149,14	2.009,71	1.547,99	1.851,90	-15,95	-9,43	-13,83	77,03
Auditiva	2.392,65	1.360,23	2.042,75	2.462,98	1.437,01	2.110,11	2,94	5,64	3,30	58,34
Visual	2.044,70	1.567,44	1.876,07	2.445,92	1.710,66	2.186,40	19,62	9,14	16,54	69,94
Intelectual (Mental)	850,86	738,08	819,15	897,82	809,56	872,42	5,52	9,68	6,50	90,17
Múltipla	1.540,24	1.301,77	1.460,07	1.537,93	1.190,42	1.418,65	-0,15	-8,55	-2,84	77,40
Reabilitado	2.394,98	1.898,14	2.235,40	2.354,09	1.807,12	2.167,83	-1,71	-4,80	-3,02	76,77
Total de Deficientes	2.273,36	1.593,37	2.039,82	2.090,97	1.502,99	1.891,16	-8,02	-5,67	-7,29	71,88
Não Deficientes	1.988,53	1.648,19	1.846,61	2.049,96	1.698,75	1.902,13	3,09	3,07	3,01	82,87
Total	1.990,68	1.647,89	1.847,92	2.050,35	1.697,75	1.902,13	3,00	3,03	2,93	82,80

(*) Deflator: INPC

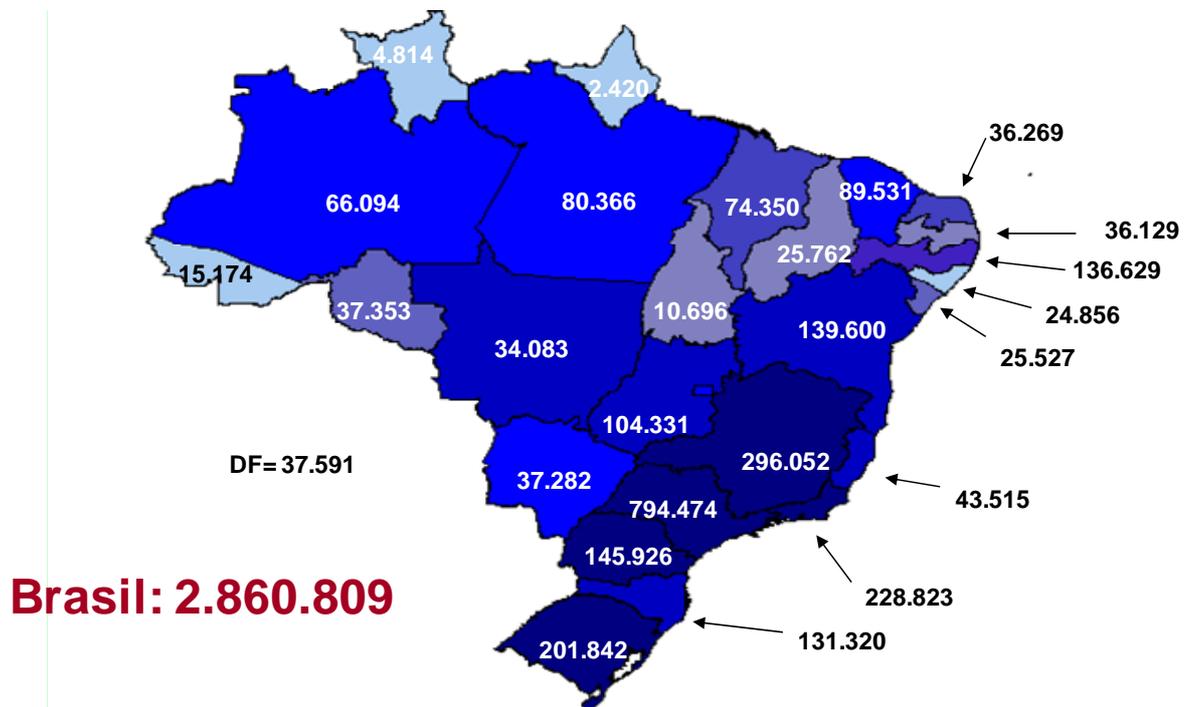
As informações por Grau de Instrução evidenciam que, a partir do Ensino Médio Incompleto, existe uma correlação direta entre os rendimentos e o grau de escolaridade em todas as modalidades de deficiência. É importante registrar que, no nível Superior Completo, os tipos Visual (R\$ 5.900,70) e Auditivo (R\$ 5.860,54) são aqueles que auferem os maiores rendimentos médios. Em contraposição, os menores salários ocorreram nos tipos Intelectual (Mental) (R\$ 2.959,05), seguido dos tipos Reabilitado (R\$ 3.609,45), deficiência Múltipla (R\$ 3.825,56) e deficiência Física (R\$ 4.251,13).

Tabela 19

BRASIL - REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$) EM 31/12/2011, POR GRAU DE INSTRUÇÃO E TIPO DE DEFICIÊNCIA.

Grau de Instrução	Física	Auditiva	Visual	Intelectual (Mental)	Múltipla	Reabilitado	Total de Deficientes	Total de Empregos
Analfabeto	930,44	964,96	867,43	743,84	850,32	945,61	871,67	890,49
Até o 5º ano Incomp. do Ensino Fundamental	1.116,39	1.233,97	1.009,13	771,00	957,96	1.318,86	1.088,35	1.077,58
5º ano Completo do Ensino Fundamental	1.363,54	1.615,27	1.311,37	799,28	1.160,56	1.618,95	1.415,33	1.167,53
Do 6º ao 9º ano Incomp. do Ensino Fundamental	1.253,45	1.359,87	1.097,30	756,94	1.030,06	1.594,95	1.246,80	1.163,91
Ensino Fundamental Completo	1.333,88	1.688,33	1.228,47	846,48	1.302,63	1.900,99	1.451,64	1.213,68
Ensino Médio Incompleto	1.169,68	1.324,85	1.067,62	793,96	1.002,82	1.748,74	1.215,54	1.121,75
Ensino Médio Completo	1.521,91	1.866,35	1.559,48	928,98	1.274,12	2.100,58	1.631,30	1.464,32
Educação Superior Incompleta	2.191,36	2.496,86	2.002,08	1.567,80	1.568,85	2.732,00	2.263,79	2.216,00
Educação Superior Completa	4.251,13	5.860,54	5.900,70	2.959,05	3.825,56	3.609,45	4.635,25	4.457,54
Total	1.851,90	2.110,11	2.186,40	872,42	1.418,65	2.167,83	1.891,16	1.902,13

Saldo do Emprego Formal – 2010
Variação Absoluta



Saldo do Emprego Formal – 2010
Variação Relativa

